

Manifestação de reconhecimento e de legítima defesa da permanência da professora Jacyara Paiva na Ufes

Solidariedade/ Não se pede Não/ é moeda de troca Não/ cresce em ramos Não/ diz seu nome nem a que veio Não/ passa recibo Não/ se gasta com o tempo Não/ tem pele lisa Não/ pisa no chão devagarinho Não/ fala pelos cotovelos Não/ exige ser recebida de joelhos Não/ se vê a cada esquina Não/ desbota nem perde vinco Não/ se dispersa pela força do pensamento Não/ é comum em épocas como a atual Não/ diz Não/ por esporte Não/ surge quando mais se precisa dela Não (Ricardo Aleixo)

Estamos presenciando uma série de ações, que se pretendem exclusivamente administrativas e **regimentais**, o exercício do que Hannah Arendt chamou de banalidade do mal, em suas reflexões sobre “Eichmann em Jerusalém”. Apenas a obediência às normas e ao ordenamento jurídico, respondem-nos os responsáveis quando questionamos acerca das forças que mobilizam as formas jurídicas neste caso infeliz. Acontece que, no Brasil de 2024, os “becos da memória” de nossas Conceições Evaristos, a denúncia dos rejeitos e despejos de nossas Carolinas Marias de Jesus, ressoam em voz alta e nos mostram as interdições, os apagamentos, os velamentos das instanciações normativas, que se exercem por estratégias de epistemicídio e tecnologias do biopoder, como observou Sueli Carneiro.

A professora Jacyara Paiva, legitimamente aprovada em concurso público para exercício da docência na Ufes, e também aprovada em estágio probatório, fortalece a universidade pública brasileira não apenas com a qualidade da sua produção científica no campo da educação, mas também com a luta sindical em defesa da categoria de trabalhadores em que se insere e por uma universidade antirracista. Em função destas lutas, encabeçou o questionamento à efetividade da aplicação de Lei de Cotas Étnico-Raciais em concursos públicos para o magistério na Ufes. Há dez anos observamos como, administrativamente, a cada uma ou duas vagas publicadas na esmagadora maioria de editais para concurso docente, não “restam” vagas para as cotas. A ironia desse destino precisa ser dita com todas as letras para que possamos entender por qual acaso, ou o caso, das lutas decidiu-se que, administrativa e juridicamente, seria melhor assim efetivar (?!) a Lei de Cotas em Concursos Públicos. Aqui, também, o regimental e judicial acabam ofuscando uma decisão política da Ufes em relação às políticas de ações afirmativas em seus domínios.

Jacyara Paiva, mulher negra, tem protagonizado o questionamento dos docentes articulados sindicalmente em relação a esta lamentável decisão político-administrativa, advinda de uma orientação jurídica determinada. Ela se torna, assim, o ponto de ressonância das vozes de coletivos sindicais, junto com outros membros da comunidade universitária e dos movimentos sociais, indignados com a situação. Junto às análises administrativas e jurídicas, é preciso articular uma análise política, que permita compreender o sentido das ações maquinadas no processo de sua exoneração.

Uma parte fundamental e potente do corpo do movimento sindical dos docentes da Ufes, especialmente em relação às questões étnico-raciais, está para ser cortada. O que se enunciou a partir dela? Que a Ufes não cumpria, efetivamente, uma política afirmativa firmada no âmbito do Estado brasileiro. A quem essa fala incomoda? Quem são os responsáveis pelo destino que a Lei de Cotas tomou na Ufes? Como disse Marielle Franco,

“em meio a tanta desigualdade, ao racismo e ao sexismo que insistem em nos violentar, a chegada de uma mulher negra à institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo. Ao mesmo tempo, nos vemos diante do desafio de construir um projeto político que não exclua as questões que nos trouxeram até aqui, que não as torne secundárias e que se mantenha afinado com as lutas dos movimentos”.

Estrategicamente, “cortar a cabeça, as mãos ou os pés” parece ser bastante eficiente, especialmente para calar as vozes que por meio dela se fazem ouvir. Também sugere que a unidade e organização que ela promove serão dissolvidas. O que esse jogo político ignora é o fato de que esse corpo é múltiplo e autônomo, muito mais complexo do que se pode imaginar. Atingir uma protagonista não desmobilizará os movimentos. O poder moderno individualiza para conquistar; antes de dividir, ele precisa individualizar, para poder tentar sufocar os vínculos que nos constituem em nós. Mas, ao tentar cortar esse corpo multiplicam-se nossos laços e nossas lutas, pois assumimos como indigno e inaceitável esse processo.

A Ufes tem o dever de assumir sua responsabilidade com a história da professora Jacyara na instituição; com as decisões que lhe cabem enquanto tal e, ao invés de se colocar como expectadora de órgãos externos, assumir o lado dos interesses expressos e alaistrados por todo país, traduzidos em milhares de apoiadores e dezenas de entidades. Por essas razões, em apoio às manifestações do ANDES-SN, da Adufes e de movimentos sociais, conclamamos que a Ufes e a base que compõe os três seguimentos da universidade se posicionem e manifestem apoio e solidariedade à Professora Jacyara Paiva, docente que merece reconhecimento pela atuação em todas as frentes acadêmicas e políticas da Ufes. Jacyara somos todos nós! Jacy fica e presentifica as lutas antirracistas!